



教育暨青年局
Direcção dos Serviços de Educação e Juventude

**Nível de Ensino
Secundário Geral**

**Orientações Curriculares
de
Língua Portuguesa
(como segunda língua)**

2016

Índice

Introdução	1
Cap.1 Posicionamento e direcção do desenvolvimento dos currículos	4
Cap.2 Interpretação das exigências das competências académicas básicas	6
2.1 O que se entende por “Exigências das Competências Académicas Básicas”	6
2.2 Estrutura e concepção das exigências das competências académicas básicas na disciplina	7
2.3 Interpretação dos objectivos das exigências das competências académicas básicas da disciplina	10
2.4 Explicação das exigências das competências académicas básicas no âmbito da língua portuguesa como segunda língua	11
Cap.3 Definição das exigências das competências académicas da escola e sugestões sobre os conteúdos curriculares	15
Cap.4 Implementação do currículo	17
4.1 Teoria básica sobre a implementação do currículo	17
4.2 Ensino e aprendizagem da disciplina	18
4.3 Desenvolvimento, construção e utilização dos recursos curriculares da escola	23
4.4 Direcção dos currículos da escola	25
4.5 Desenvolvimento profissional dos professores	27
4.6 Exemplos da escola	29
Cap.5 Avaliação curricular	31
5.1 Objectivos da avaliação	31
5.2 Princípios básicos que devem ser seguidos na avaliação	32
5.3 Estratégias e metodologia da avaliação da disciplina	33
Cap.6 Recursos Curriculares	36
Análise dos conceitos básicos (breve glossário)	38

Referências Bibliográficas	40
Constituição da equipa de estudo e elaboração do documento	42
Anexos	44
Anexo 1 - Grelha de Competências	45
Anexo 2 - Documento de apoio à elaboração de uma progressão	50
Anexo 3 - Produção escrita – Conteúdos Gramaticais	52

Introdução

O ensino deve continuar a centrar-se no público aprendiz sendo que os objectivos de aprendizagem e a forma como são articulados no currículo devem corresponder a necessidades, estilo de aprendizagem e interesses deste público, não esquecendo que é primordial tomar em consideração o desenvolvimento físico, afectivo e intelectual de cada aluno.

Neste nível de ensino, deve ser incentivada a autonomia dos alunos para aprenderem e pesquisarem temas de interesse para a sua formação. Assim, mesmo fora do contexto educativo e da sala de aula, os alunos devem ser capazes de organizar as suas actividades de aprendizagem autonomamente.

Os alunos devem ser orientados para optimizarem os bons hábitos de estudo já adquiridos no ensino primário, de maneira a poderem formar as capacidades de auto-aprendizagem e de auto-avaliação.

No ensino secundário geral a aprendizagem de línguas é fundamental para o desenvolvimento da personalidade pluricultural deste público, fazendo parte de uma educação holística que contempla todas as características do indivíduo.

Quanto à aprendizagem da língua portuguesa, o objectivo principal é desenvolver a competência comunicativa através das capacidades (de leitura, compreensão e expressão escrita e oral) do público aprendiz, estimulando o interesse para a aprendizagem de novos conteúdos, mobilizando o seu entusiasmo em aprender, descobrir novos dados do mundo e adquirir novas competências para realizar.

A *Abordagem Comunicativa Intercultural* e o ensino por tarefas são sugeridos, como forma de se criarem oportunidades para aplicação dos conhecimentos já adquiridos e desenvolvimento das capacidades comunicativas individuais.

➤ **Finalidades das orientações curriculares**

A principal finalidade das orientações curriculares é apoiar os professores do ensino secundário geral, que leccionam português como segunda língua nas escolas oficiais da RAEM, referidas no artigo 36.º da Lei n.º 9/2006 (*Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior*), e nas escolas particulares do regime escolar local, referidas na alínea 1) do número 3 do mesmo artigo. Assim, as finalidades aqui descritas orientam para:

- a construção de um currículo aberto, flexível, adequado ao público aprendente das escolas atrás referidas;
- a realização de tarefas dependentes dos currículos definidos;
- um melhor conhecimento das competências a atingir pelo público-alvo.

➤ **Destinatários**

São destinatários privilegiados os professores, principalmente os que leccionam este nível de ensino; autores de manuais e de materiais educativos; avaliadores e conceptores de currículos; todos os agentes educativos com papel activo nas instituições escolares; todos os decisores políticos, públicos e educativos; e educadores e encarregados de educação que se relacionam com este nível de ensino.

➤ **Estrutura e conteúdo das orientações curriculares da língua portuguesa como segunda língua no ensino secundário geral**

Os conteúdos das orientações curriculares têm como suporte e enquadramento vários documentos orientadores, designadamente a legislação da RAEM, em especial a Lei n.º 9/2006 (*Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior*), o Regulamento Administrativo n.º 15/2014 (*Quadro da organização curricular da educação regular do regime escolar local*), o Regulamento Administrativo n.º 10/2015 (*Exigências das competências académicas básicas da educação regular do regime escolar local*), o

Despacho do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura n.º 19/2016 (*Aprova os conteúdos específicos das exigências das competências académicas básicas do ensino primário*) e o Despacho do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura n.º 56/2017 (*Define os conteúdos específicos das exigências das competências académicas básicas do ensino secundário geral*), para além do *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QEER)*.

Como meta curricular, é expectável que todos os alunos adquiram, no final do ciclo de três anos, o nível das exigências das competências académicas básicas legalmente definidas para a disciplina de língua portuguesa como segunda língua no ensino secundário geral.

Assim, na prossecução dos objectivos definidos nos pontos anteriores, a estrutura das *Orientações curriculares de língua portuguesa como segunda língua no ensino secundário geral* apresenta os seguintes pontos a serem desenvolvidos sequencialmente:

1. Posicionamento e direcção do desenvolvimento dos currículos;
2. Interpretação das competências académicas básicas;
3. Definição das exigências das competências académicas da escola e sugestões sobre os conteúdos curriculares;
4. Implementação do currículo;
5. Avaliação curricular;
6. Recursos curriculares.

1. Posicionamento e direcção do desenvolvimento dos currículos

As tendências actuais do ensino das línguas centram-se nas necessidades do público aprendiz e no desenvolvimento de competências para o pluriculturalismo e para o plurilinguismo, conducente à proficiência em várias línguas, que permite uma maior e melhor comunicação.

O facto de o indivíduo aprender várias línguas não conduz a uma sobreposição ou justaposição de competências distintas, mas a uma competência complexa que engloba o conjunto do repertório linguístico de que o utilizador dispõe e ao qual recorre quando necessário.

Assim, a centragem nas necessidades do público aprendiz e o desenvolvimento de uma competência comunicativa intercultural reorganizam o ensino-aprendizagem das línguas vivas (designadamente da língua portuguesa como segunda língua), no que respeita ao posicionamento do professor face aos alunos, na elaboração de tarefas centradas na comunicação e na auto-avaliação, na dinâmica da língua em interacção, na descoberta da língua e da cultura através do uso da língua. O professor tem uma atitude dinâmica frente ao saber, e tem múltiplas competências associando o saber linguístico ao saber fazer pedagógico. O professor é reflexivo e sabe por que razão age de determinada maneira, o seu saber constrói-se e reconstrói-se, diariamente, de acordo com as necessidades comunicativas do seu público aprendiz.

A faixa etária em que, geralmente, se frequenta o ensino secundário geral, dos 12 aos 15 anos, é caracterizada por uma série de transformações que devem ser tomadas em conta no desenvolvimento do currículo em língua portuguesa como segunda língua.

Este público aprendiz tem de desenvolver competências para corroborar ou discordar das diversas opiniões que ouve ou lê; para isso, tem de ser exposto a

diversos textos orais ou escritos, cujo tema, embora complexo, seja adequado à sua idade.

Os temas devem ser apropriados às necessidades e aos problemas dos jovens desta faixa etária. Embora a dificuldade possa estar na comunicação em língua portuguesa, as situações concretas, para além de promoverem motivação, podem gerar aprendizagens mais significativas.

A orientação para o ensino-aprendizagem das línguas enquadra-se no objectivo geral de promoção do plurilinguismo e da diversidade linguística, sendo desejável que o público aprendiz tenha uma competência linguística e sociocultural diversificada e que, conseqüentemente, o currículo tenha em conta o papel transversal e transferível entre línguas.

O *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*, embora não seja um instrumento normativo, tem norteado programas e materiais, influenciando o ensino aprendizagem das línguas e a formação de professores, dentro e fora da Europa. Na República Popular da China, o *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*, já traduzido para chinês, constitui base e referência para a elaboração de currículos, programas, manuais, materiais didácticos e outros materiais respeitantes ao ensino-aprendizagem das línguas.

Com uma abordagem orientada para a acção, o referido *Quadro* tem seis níveis de proficiência para a aprendizagem de línguas estrangeiras: A1, A2, B1, B2, C1, C2.

2. Interpretação das exigências das competências académicas básicas

2.1 O que se entende por “Exigências das Competências Académicas Básicas”

O artigo 3.º do Regulamento Administrativo n.º 10/2015 define as Exigências das Competências Académicas Básicas como *“as competências essenciais definidas pelo governo e exigidas aos alunos após terminarem a aprendizagem de cada nível de ensino, incluindo conhecimentos, habilidades, capacidades, emoções, atitudes e valores fundamentais”*.

Ainda segundo o mesmo documento, *“as exigências das competências académicas básicas constituem critérios para a gestão e avaliação dos currículos, elaboração e selecção dos materiais didácticos, orientação e regulação do ensino, bem como para a avaliação da qualidade pedagógica das escolas”*.

Competências são, também, o conjunto de conhecimentos, capacidades e características que permitem a realização de acções e às quais o indivíduo deve recorrer; já as *competências comunicativas* permitem que um indivíduo comunique através de recursos linguísticos.

No final do ensino secundário geral, seja qual for o perfil de entrada do público aprendiz, este deverá ter já desenvolvido:

- Competências de comunicação que possibilitem produzir textos orais e escritos, de acordo com o seu nível etário; nesse sentido, sugere-se que, no início das actividades escolares, seja aplicado um teste diagnóstico, onde sejam tidas em conta as diferentes capacidades (leitura; compreensão e expressão oral; compreensão e expressão escrita) para produzirem ou receberem textos relacionados com os temas e com os domínios em que os aprendentes actuam e, conseqüentemente, fazer-se um ensino, por tarefas, diferenciado por níveis

de referência;

- Competências de aprendizagem de língua portuguesa como segunda língua, de forma autónoma.

Todas as competências devem desenvolver-se num quadro de valorização da diversidade linguística e cultural.

2.2 Estrutura e concepção das exigências das competências académicas básicas da disciplina

O Regulamento Administrativo n.º 15/2014 (*Quadro da organização curricular da educação regular do regime escolar local*), no Artigo 6.º (*Directrizes para o desenvolvimento do currículo do ensino secundário geral*), apresenta o que a seguir se transcreve :

1. *“O currículo do ensino secundário geral visa promover o alcance, pelos alunos, dos objectivos definidos no n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 9/2006 (Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior)”.*

2. *“(…) no desenvolvimento do currículo do ensino secundário geral, o governo, a escola e os docentes devem, nomeadamente:*

1) *Aproveitar os vários ambientes de aprendizagem para organizar actividades diversificadas, no sentido de apoiar os alunos a obterem experiências de aprendizagem completas, equilibradas e diversificadas, promovendo o seu desenvolvimento integral e a sua capacidade de aprendizagem permanente;*

2) *Adequar o currículo às características etárias dos alunos e às regras do seu desenvolvimento físico e mental;*

3) *Atender às diferenças individuais dos alunos e às suas necessidades educativas;*

5) *Aumentar as capacidades de comunicação, cooperação e aprendizagem dos alunos;”.*

As competências académicas básicas são, assim, um instrumento essencial para a regulação do ensino nas escolas e um referencial para a obtenção de aprendizagens com um sentido de exigência e qualidade.

As exigências das competências académicas básicas estão organizadas por níveis de ensino e são definidas de acordo com as disciplinas, incluindo as seguintes partes integrantes: *ideias essenciais, objetivos curriculares e conteúdos específicos*.

1. Ideias essenciais

As ideias essenciais subjacentes revelam, nomeadamente, o seguinte:

- A sociedade actual, globalizante e heterogénea, criou uma necessidade de comunicar com falantes de outras línguas e de outras culturas. Por isso é fundamental desenvolver uma competência pluricultural e plurilingue quer seja por motivos sociais, económicos, educativos, afectivos ou outros;

- A aprendizagem de línguas tem um valor acrescentado para a empregabilidade. Conhecer e aprender mais línguas é perspectivar uma mudança no agir social do indivíduo, evidenciado por valores cívicos como a participação, o pluralismo e a abertura;

- A aprendizagem dum língua envolve o desenvolvimento dum competência comunicativa que inclui outras competências como a linguística, a socio-linguística e a pragmática. Como processo complexo relaciona-se também com o próprio indivíduo, podendo as características individuais não só influenciarem a execução de tarefas comunicativas, como também serem modificadas pela aprendizagem das línguas;

- O ensino dum língua, principalmente nesta faixa etária, só faz sentido se for significativo para o próprio público aprendiz. Assim, a centragem no aprendiz é essencial;

- A motivação e o interesse são a causa primeira do sucesso na aprendizagem.

Devido a razões históricas, ao estatuto da Língua Portuguesa na RAEM, à existência de inúmeros traços lusófonos, uma abordagem *comunicativa intercultural* criará oportunidades para que os alunos possam aplicar os conhecimentos adquiridos e desenvolver adequadamente as suas capacidades comunicativas.

2. Objectivos curriculares

Considera-se que os objectivos curriculares das exigências das competências académicas básicas da disciplina são substancializados nos seguintes princípios essenciais:

- A proficiência nas capacidades de compreensão, produção oral e escrita no nível elementar de comunicação;
- A motivação pela aprendizagem da língua e da cultura portuguesa;
- O desejo de utilizar a língua portuguesa dentro e fora do contexto escolar;
- O gosto pela leitura extensiva em português;
- O domínio de estratégias adequadas à aprendizagem da língua portuguesa ao longo da vida;
- A cooperação e interacção com os outros na sequência do desenvolvimento de projectos interculturais.

3. Conteúdos específicos

Os conteúdos específicos são os determinados pelas exigências das competências académicas básicas; são constituídos por descritores de desempenho, organizados nos diversos âmbitos de aprendizagem: Compreensão oral, Expressão oral, Compreensão escrita, Expressão escrita e Competência intercultural. Os descritores definem o que os alunos devem ser capazes de fazer no final do nível de ensino. A numeração sequencial não refere uma progressão didáctico-pedagógica, destina-se apenas a identificar e localizar.

O desenvolvimento das competências gerais básicas bem como o estabelecimento de perfis de saída pressupõe uma mudança de paradigma do ensino-aprendizagem de português, relacionado com o tempo referido no currículo, com o conhecimento dos níveis de proficiência numa língua e também com os próprios percursos de aprendizagem dos alunos. Compete ao professor o papel de diagnosticar o conhecimento e uso da língua portuguesa, identificando os níveis de referência dos alunos e propondo uma abordagem comunicativa intercultural baseada em tarefas significativas para os diferentes aprendentes.

Considerando os perfis terminais do ensino primário, no final do ensino secundário geral os alunos devem ter adquirido, como competências básicas em português, um conjunto de conhecimentos, atitudes e valores, e de saber-fazer, que lhes permita compreender e usar a língua portuguesa em situações de comunicação que envolvam contextos do quotidiano, ou a localização de informações em materiais autênticos do dia-a-dia ou necessários ao desenvolvimento dos seus estudos.

Alguns conteúdos, já abordados no ensino primário, serão agora explicitados e consolidados, e conseqüentemente mobilizados no ensino secundário complementar.

2.3 Interpretação dos objectivos das exigências das competências académicas básicas da disciplina

As metodologias actuais de ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira pressupõem uma abordagem analítica, holística, que preconiza a integração de diferentes competências no desempenho das tarefas. Nesta perspectiva, o aprendente assume um papel activo e é encorajado a interagir, de acordo com o seu currículo interno, as suas necessidades e capacidades. Prevê-se que as tarefas sejam suficientemente estimulantes e activas para que o aluno se sinta implicado nas tarefas que deve desempenhar. A centragem no aprendente e a realização de tarefas

permitirão o desenvolvimento das competências de compreensão e de expressão oral e escrita.

Competências de Compreensão e de Expressão Oral

O ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira deve orientar-se para a acção, para o saber-fazer, tendo em conta diversos recursos - cognitivos, afectivos, volitivos – e também o conjunto das diversas capacidades que o indivíduo põe em prática como actor social.

Competências de Compreensão e de Expressão Escrita

Através de um enquadramento temático apropriado, quer em relação à proficiência da língua quer em relação à faixa etária, pretende-se que o indivíduo aborde vários tipos de texto, em suportes diversificados e, simultaneamente, explore todos os recursos linguísticos, socio-linguísticos, pragmáticos e culturais disponíveis, que contribuem para a mensagem do texto.

As competências e saberes em língua portuguesa, a adquirir por parte deste público, não se devem limitar aos conhecimentos linguísticos, devem contribuir para uma maior cooperação e interacção com os outros, num quadro de autonomia e de responsabilidade em relação às suas aprendizagens e ao seu desempenho nos domínios em que vai actuar (como falante, ouvinte, leitor e escrevente da língua portuguesa), de modo a ser plurilingue e desenvolver a interculturalidade.

2.4 Explicação das exigências das competências académicas básicas no âmbito da língua portuguesa como segunda língua

Importante será notar que a competência comunicativa é entendida como uma macro competência, que pode ser compartimentada em competências parciais e que capacita os indivíduos a participarem activamente, por meio do uso da língua, nas interacções sociais. A língua não é concebida fora dos contextos de uso, isto é, a

caracterização da proficiência linguística assenta numa descrição dos usos da língua dentro das capacidades (compreensão oral, expressão oral e leitura, compreensão e expressão escrita).

Para a compreensão dessas competências, apresentamos quadros (em anexo) que podem ser preenchidos pelos professores. A título exemplificativo, apresentamos o quadro abaixo com alguns conteúdos específicos das exigências das competências académicas básicas, nos diversos âmbitos de aprendizagem, e exemplos de tarefas possíveis para o seu desenvolvimento.

Quadro 1

A. Compreensão oral			
Descritores	Exemplos de actividades e tarefas	Avaliação	Recursos e observações
<i>A-3 Compreender e reagir a instruções e orientações claras sobre tarefas a realizar, principalmente nos domínios educativo e privado, relacionados com temas conhecidos ou de interesse para o aluno;</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender as regras dum jogo e actuar segundo o que ouviu - Compreender informações sobre actividades dos tempos livres e preparar um quadro informativo 	Avaliar a compreensão do oral de acordo com o que o aluno consegue realizar (número de pontos/certo/errado, etc.)	<ul style="list-style-type: none"> - Áudio/vídeo - Filmes
<i>A-8 Compreender textos orais sobre acções habituais e temas conhecidos relativamente ao passado, desde que o interlocutor fale de forma clara.</i>	Um grupo de alunos ouve e compreende uma história tradicional e dramatiza-a para outro grupo. Inverte-se os papéis e repete-se com outras histórias	Adequação das acções aos gestos e movimento	<ul style="list-style-type: none"> - Audio/vídeo - Gravações de histórias tradicionais

B. Expressão oral

Descritores	Exemplos de actividades e tarefas	Avaliação	Recursos e observações
<i>B-5 Identificar alguém ou alguma coisa com um discurso simples mas claro;</i>	<ul style="list-style-type: none">- Organizar uma festa de turma sobre a Língua Portuguesa, convidar pessoas que falem português e identificá-las dentro da comunidade escolar, apresentá-las (tendo previamente estudado as suas características e o que fizeram de mais relevante)- Galeria de fotos antigas e actuais	Avaliar os recursos linguísticos usados para identificar e apresentar alguém.	<ul style="list-style-type: none">- Notícias sobre pessoas- Fotos pessoais sobre o passado e o presente
<i>B-7 Falar de assuntos e acontecimentos pessoais ou do seu interesse, no presente ou no passado, de forma perceptível;</i>	Falar da festa de anos que cada aluno fazia antigamente e da que faz actualmente; aproveitar para interagir com todos os colegas; fazer um quadro com as datas de anos de todos os participantes	Avaliar o uso do passado <i>versus</i> o uso do presente	<ul style="list-style-type: none">- Fotos- Imagens antigas

C. Compreensão escrita (leitura)

Descritores	Exemplos de actividades e tarefas	Avaliação	Recursos e observações
<i>C-1 Ler um texto, obedecendo a regras de pontuação e acentuação gráfica;</i>	Participar num concurso de poesia ou de declamação	Ler os textos correctamente	Textos autênticos
<i>C-3 Compreender o essencial de mensagens breves - postais, bilhetes, mensagens ou correio electrónico e avisos;</i>	Compreender as notícias e fazer uma síntese para o jornal da escola	Recolher adequadamente a informação principal	<ul style="list-style-type: none">- Jornais- Banda desenhada- Imagens- Revistas

D. Expressão escrita			
Descritores	Exemplos de actividades e tarefas	Avaliação	Recursos e observações
<i>D-5 Escrever notas sobre assuntos das várias áreas disciplinares;</i>	Fazer um calendário sobre as actividades a realizar na sala de aula semanalmente	Usar vocabulário relativo a meses, dias da semana e horas, de forma adequada	- Textos autênticos - Fotos - Calendário
<i>D-6 Responder afirmativa ou negativamente por escrito, de forma educada, a convites e pedidos;</i>	Organizar vários modelos de resposta (afirmativa e negativa) a convites de festas de aniversário, passeios, ida ao cinema, ida às compras, etc	Usar, adequadamente, formas de tratamento, agradecimento e justificação	- Textos autênticos (convites para eventos) - Uso da <i>internet</i>
E. Competência intercultural			
Descritores	Exemplos de actividades e tarefas	Avaliação	Recursos e observações
<i>E-1 Relacionar datas e locais com marcas da cultura portuguesa em Macau;</i>	- Fazer um levantamento do nome de algumas ruas em português e ver se há correspondência em chinês -Fazer uma exposição fotográfica ou de pósteres para apresentar a todos os alunos da escola	Reconhecer a cultura portuguesa e encontrar na língua chinesa elementos semelhantes	- Imagens - Fotos - Filmes - Brochuras
<i>E-3 Comparar a gastronomia, a música e o artesanato de Portugal com os de Macau;</i>	- Fotografar pratos da gastronomia portuguesa e de outras culturas, como a macaense, e incluir as respectivas receitas - Organizar um convívio gastronómico com pratos típicos das várias culturas presentes na sala de aula	Saber identificar o vocabulário relacionado com alimentação e sua confecção, e interagir positivamente com outras culturas	- Imagens - Textos e fotos na <i>internet</i> - Pequenas gravações com entrevistas a profissionais da cozinha portuguesa

3. Definição das exigências das competências académicas da escola e sugestões sobre os conteúdos curriculares

O Regulamento Administrativo n.º 15/2014 (*Quadro da Organização Curricular da Educação Regular do Regime Escolar Local*) define, no n.º 1 do Artigo 11.º (*Desenvolvimento curricular pelas escolas*), que “no pressuposto do cumprimento do disposto no presente regulamento administrativo e das exigências das competências académicas básicas, as escolas podem desenvolver, autonomamente, os seus próprios currículos (...)”.

De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo 11.º, “o desenvolvimento curricular realizado pela escola deve valorizar e traduzir os princípios educativos e as características da organização da mesma, bem como responder às necessidades de desenvolvimento dos alunos e da sociedade”. Ainda, sintetizando os princípios orientadores do Regulamento Administrativo n.º 10/2015, as escolas elaboram e seleccionam os materiais didácticos para as diversas disciplinas, definem os planos e escolhem os conteúdos pedagógicos, criam um bom ambiente educativo, organizam e implementam a educação e o ensino.

Na elaboração das exigências das competências académicas da escola devem estar subjacentes princípios referidos ao longo destas orientações, designadamente a centragem no aluno do ensino secundário geral, o ensino-aprendizagem da língua baseado em tarefas, numa competência comunicativa, vocacionada para a acção e o desenvolvimento dum aprendizagem reflexiva.

Para atingir as exigências das competências académicas básicas de cada âmbito da disciplina de língua portuguesa como segunda língua, o processo de ensino-aprendizagem, para a escolha dos temas a apresentar, deverá ter em conta o grau de motivação e as necessidades do público aprendiz. A construção de tarefas, dependentes de objectivos previamente estabelecidos, constitui um procedimento

facilitador da avaliação prática de todo o processo.

A selecção dos temas tem de ser criteriosa e basear-se no conhecimento do público aprendiz, designadamente na sua idade e nas dificuldades que este encontra na língua portuguesa.

Há uma série de temas actuais, de interesse, que poderão ser tratados nas aulas de português; por exemplo: temas relacionados com o ambiente (ecologia, poluição, reciclagem), temas relacionados com o turismo (trânsito, comércio, aumento da população, qualidade de vida), eventos festivos e interculturais, relações sociais entre os jovens, etc. Todos estes temas (ou outros) podem ter subtemas.

Os alunos devem atingir as competências académicas básicas definidas com o nível de referência final do A2 (Nível Elementar).

4. Implementação do currículo

4.1 Teoria básica sobre a implementação do currículo

A partir das últimas décadas do século passado, em alguns países, surgiu um movimento de reflexão e estudo que veio propor e ensaiar soluções para garantir o direito de todos a uma melhor educação.

Dada a complexidade de situações e contextos das sociedades modernas, fala-se hoje, de forma consensual, na crescente autonomia das escolas, na gestão descentralizada e diferenciada do currículo, no papel dos professores e na centragem no aprendente (os alunos como centro de acção).

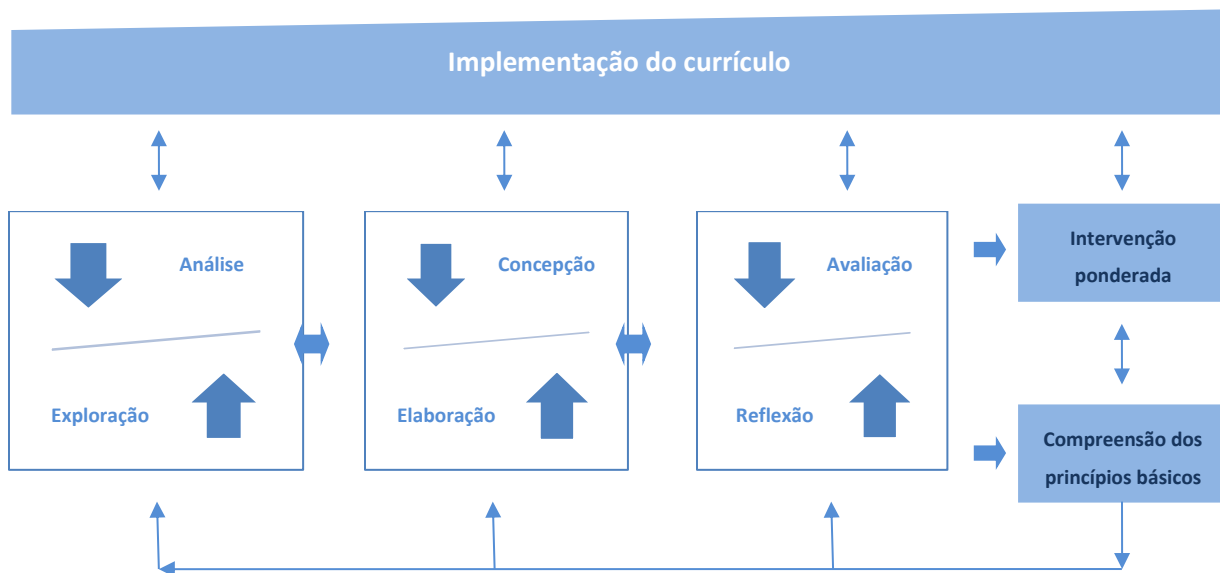
Definido pelo órgão governativo o que é socialmente necessário a todos, o que é reconhecido como competências académicas básicas que o aluno dum determinado nível de escolaridade deverá adquirir, cabe, em especial, às escolas e aos professores, uma responsabilidade acrescida nas opções pedagógicas, decisões e estratégias relativas ao currículo na sua concretização, na avaliação e ajustamento, na selecção crítica e/ou na produção de materiais curriculares, de modo a conceberem um projecto que respeite a história e identidade da sua instituição e, acima de tudo, que pressione para a qualidade numa sociedade do conhecimento que será a sociedade do futuro, mais do que hoje já é.

Este trabalho de elaboração do projecto curricular de escola não será possível sem um sério e empenhado esforço de organização, reflexão e análise, não só por parte do corpo docente, mas também dos órgãos directivos, de forma colaborativa, implementando-se uma cultura de grupo e de partilha, que receba o apoio e o estímulo dos organismos tutelares.

Assim, tal como se apresenta na Figura 1, esse trabalho deve corresponder a um processo dinâmico que envolve, de forma contínua, a participação de toda a escola. A

implementação do currículo deve ser alvo duma constante avaliação por parte de todos os agentes envolvidos no processo, de modo a otimizar os resultados a alcançar pelos alunos.

Figura 1



(Adaptado de McKenney & Reeves, 2012)

4.2 Ensino e aprendizagem da disciplina de Língua Portuguesa como segunda língua

As directrizes para o desenvolvimento do currículo de cada nível de ensino estão definidas no Regulamento Administrativo n.º 15/2014 (*Quadro da organização curricular da educação regular do regime escolar local*). As escolas, segundo o referido Regulamento, podem desenvolver, autonomamente, os seus próprios currículos e decidir sobre:

- (1) Os objectivos dos currículos da escola;
- (2) A estrutura do currículo de cada ano de escolaridade, incluindo a duração das actividades educativas [...], a criação e o horário de cada área de aprendizagem e das actividades extracurriculares [...], bem como a criação e o horário de outras actividades educativas para além das actividades lectivas e extracurriculares [...];
- (3) As exigências das competências académicas que os alunos devem atingir;”

As exigências das competências académicas básicas do ensino secundário geral são o cerne de toda a orientação pedagógica da escola, desde o espaço físico, à gestão, à formação científica e pedagógica dos professores tanto, aos funcionários, aos horários, ao material didáctico, às normas de avaliação e ao relacionamento com as famílias. Em suma, toda a escola tem que se organizar para que os alunos adquiram, até ao final de ciclo, as competências académicas básicas. Num currículo orientado por competências pressupõe-se que o enfoque está na capacidade de o professor se assumir como agente principal da activação do processo de ensino e aprendizagem. Para isso, o professor deve criar ambientes atractivos e inovadores, sempre diferentes, utilizando metodologias diversificadas, sistematizando os conhecimentos e transformando-os em recursos que possam ser mobilizados pelo público aprendiz.

A aquisição das competências académicas tem como suporte, entre outros, o quadro constante do Mapa anexo III do Regulamento Administrativo n.º 15/2014, que aqui, parcialmente, se reproduz, para análise e reflexão.

Regulamento Administrativo n.º 15/2014

Mapa anexo III (reprodução parcial)

Plano curricular do ensino secundário geral

Do 1.º ao 3.º ano

Áreas de aprendizagem	Disciplinas	Duração das actividades lectivas de cada disciplina (minutos) ¹
Línguas e Literatura	Primeira Língua (língua veicular)	20600-37080
	Segunda Língua	20600-37080
Matemática	Matemática	20600-28840
Indivíduo, Sociedade e Humanidade	Educação Moral e Cívica	Mínimo: 8240
	Sociedade e Humanidade	Mínimo: 12360
Ciência e Tecnologias	Ciências Naturais	Mínimo: 12360
	Tecnologias de Informação	Mínimo: 4120
Educação Física e Saúde	Educação Física e Saúde	Mínimo: 8240
Artes	Artes	Mínimo: 8240
Outras disciplinas		0-49440
Actividades extracurriculares		Mínimo: 7040
Outras actividades educativas		Actividades educativas para além das actividades lectivas e das actividades extracurriculares

1. O tempo dedicado a exames realizados no fim de cada semestre ou período é excluído da duração das actividades lectivas, sendo que, cada aula tem a duração mínima de 35 minutos e máxima de 45 minutos.

Ao analisarmos a configuração das disciplinas, verificamos que a língua veicular e a segunda língua têm o mesmo número de minutos atribuídos, isto é, 20600 - 37080. (é de referir que o tempo atribuído à segunda língua pode ser dividido entre duas línguas, se a escola considerar que ambas desempenham o papel de segundas línguas).

A *Segunda Língua* pode, ainda, ser reforçada com actividades extracurriculares que desenvolvam a língua e a cultura e com outras disciplinas leccionadas nessa mesma língua.

É importante e necessário criar espaços onde os alunos estejam em contacto com a língua portuguesa e desenvolvam a motivação por programas audiovisuais, filmes, e outros materiais adequados e actuais em português.

Dadas as dificuldades que estes alunos têm na oralidade e na escrita, pelo facto de a aprendizagem estar confinada à sala de aula, é importante fazer uso do laboratório de línguas; de actividades e tarefas interculturais, onde participem falantes de língua portuguesa; de convívios entre escolas; concursos; fóruns *on-line*; exposições acompanhadas por guias falantes de português; visitas de estudo; etc.

De acordo com o n.º 2 do Artigo 6.º (*Directrizes para o desenvolvimento do currículo do ensino secundário geral*), do Regulamento Administrativo n.º 15/2014, “o governo, a escola, e os docentes devem, nomeadamente: (...) organizar actividades diversificadas, no sentido de apoiar os alunos a obterem experiências de aprendizagem completas, equilibradas e diversificadas, promovendo o seu desenvolvimento integral e a sua capacidade de aprendizagem permanente”. Isto é particularmente válido para o ensino do português como segunda língua, devendo as experiências noutras línguas ser valorizadas, designadamente pelo seu registo no *Portfolio das Línguas* para este nível etário. As metodologias actuais do ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira pressupõem uma abordagem comunicativa, holística, que integra diferentes competências no desempenho das tarefas.

Prevê-se que, na aprendizagem da língua, as tarefas sejam suficientemente estimulantes e activas. O aprendente assume um papel activo e é encorajado a interagir de acordo com as suas necessidades e capacidades.

O currículo deve ser adequado “às características etárias dos alunos e às regras do seu desenvolvimento físico e mental”. Assim, os temas tratados em língua portuguesa, como segunda língua, devem ser adequados ao interesse e à idade do público-alvo e respectivas necessidades educativas, de forma a que as suas potencialidades possam ser plenamente desenvolvidas.

A experiência de vida dos alunos deverá ser aproveitada, de forma a promover a sua iniciativa de aprendizagem. A integração dos conteúdos curriculares e a interacção disciplinar, bem como a articulação curricular entre o ensino secundário geral e os ensinos primário e secundário complementar, deverão ser objecto de atenção.

Os aprendentes devem ser expostos ao máximo de *input* possível na língua alvo, a língua materna pode ser usada, pontualmente, para dar instruções ou explicar conceitos difíceis, o que poderá ajudar os alunos a sentirem-se mais confiantes. Muitas vezes, o uso da língua materna pode causar um mal-entendido por parte dos alunos, pois pensam que há um total paralelismo entre as duas línguas, surgindo erros de transferência constantes. Contudo, os conhecimentos já adquiridos anteriormente na sua língua materna contribuem para uma melhor aprendizagem do português; neste sentido, o uso pontual da língua materna pode incentivar a descoberta de outra língua.

Quando se discute se há idades privilegiadas para a aprendizagem de uma língua, as opiniões divergem. No que todos estão de acordo é que, para além da imersão linguística, quanto mais tempo o aprendente dedicar à aprendizagem da língua e mais tempo estiver exposto ao ambiente linguístico, melhores serão os resultados.

Uma escola, no futuro, pretender-se-á bilingue e pluricultural, onde os alunos possam concretizar os seus projectos pessoais, úteis para o desenvolvimento da sociedade.

4.3 Desenvolvimento, construção e utilização dos recursos curriculares da escola

Todos os materiais a utilizar devem ser precedidos da seguinte reflexão:

Os materiais são adequados tendo em conta o público-aprendente e o contexto de Macau?

O que há de diferente entre os materiais para que um seja mais apropriado do que outro?

Como pode ser explorado o material áudio? Vídeo?

Que estratégias podem contribuir para uma aprendizagem mais eficiente e mais rápida?

Os materiais apresentam uma gramática comunicativa?

O ensino/ aprendizagem está baseado em tarefas?

Ao conceber o ensino da língua portuguesa, a produção de materiais e a preparação de actividades/tarefas devem ser planeadas de uma forma adequada, não podendo ir além da etapa de desenvolvimento em que o aluno se encontra.

Hoje em dia, com a chegada da Internet, encontramos novas possibilidades de intervenção no processo de ensino-aprendizagem. A *internet* é considerada um recurso que ajuda os professores a preparar melhor as aulas, enriquece as suas formas de leccionação e modifica o processo de avaliação, além de servir também como uma plataforma em que a troca de informações é feita entre os professores, entre os alunos, e também entre os professores e os alunos.

Tendo em vista a importância da *internet*, é fundamental promover o ensino-aprendizagem *on-line* e ajudar os alunos a interessarem-se pela aprendizagem da língua, quer através de jogos didácticos, quer de outras formas. Partindo das

dificuldades, dúvidas e necessidades deste público, exploram-se materiais *on-line* que destaquem as vantagens da tecnologia, focalizem a interação entre o ensino e a aprendizagem e capacitem para a realização do ensino baseado em tarefas.

É importante que, na organização da sala de aula, os alunos possam trabalhar em grupo e que tenham espaço onde possam ouvir, falar e discutir em língua portuguesa. Neste nível de estudos, os alunos devem ter acesso a outros meios como computadores, projectores, vídeos, para apresentarem conteúdos em língua portuguesa, que eles próprios pesquisaram.

Era importante que, nesta fase do ensino secundário geral, o aluno já estivesse habituado a usar o portefólio. Seria útil que continuasse a utilizá-lo neste nível de ensino, pois este documento, além de promover a reflexão através do controlo sistemático das aprendizagens do público aprendiz, fomenta a aprendizagem de várias línguas dentro e fora do sistema escolar, contribuindo significativamente para a auto-aprendizagem, valorizando a diversidade linguística e tendo um impacto positivo na capacidade de interagir com os outros, na espontaneidade para iniciar um diálogo, no desenvolvimento da autoconfiança e no desenvolvimento de traços de personalidade favoráveis à comunicação noutras línguas.

Na sala de aula, o professor deve gerir adequadamente a diversidade linguística e cultural bem como a heterogeneidade dos alunos, ajudando-os a desenvolverem, de forma global, a competência de comunicação em português.

O ensino deve estar mais focalizado na função comunicativa da linguagem, não se concentrando apenas no ensino das regras gramaticais e nos exercícios estruturais. No entanto, é importante organizar actividades e tarefas em que o aluno, por si próprio, descubra e domine as regras gramaticais necessárias à compreensão e produção dos textos orais e escritos. O professor poderá dirigir a atenção do aluno para uma estrutura específica da língua, de modo a que seja evidenciada a diferença entre a língua materna e a língua-alvo, o que faz parte do processo de “aprender a

aprender” anteriormente mencionado. Em síntese, a diversificação de tarefas é fundamental, pois capta o interesse e motiva o aluno para a aprendizagem da língua portuguesa.

O *European Language Portfolio* - ELP – é composto por três partes: *biografia*; *passaporte* de língua, onde os aprendentes resumem experiências linguísticas; e *dossier*, em que colecionam documentos, imagens e outros registos. O ELP informa o professor sobre as experiências linguísticas, conhecimentos e habilidades dos alunos, tendo em conta todas as línguas aprendidas em contextos formais e não formais.

O ensino, tal como foi referido para outros níveis de ensino, deve estar mais centrado no uso da língua, na comunicação, não se concentrando apenas nas regras gramaticais ou nos diálogos em língua chinesa, em que, a propósito dos alunos comunicarem mal, a aula de língua portuguesa é dada em chinês, não se desenvolvendo a comunicação na língua-alvo. Como elemento cooperante, o professor deve organizar (propor) actividades e tarefas, em que o aluno, por si próprio, descubra novas palavras e domine regras gramaticais próprias deste nível de ensino.

A diversificação de tarefas, actividades e exercícios é fundamental, pois capta e motiva o interesse do aluno pela aprendizagem da língua portuguesa. A atitude em relação à língua portuguesa integra-se dentro do seu desenvolvimento global.

4.4 Direcção dos currículos da escola

A Lei n.º 9/2006 (*Lei de Bases do Sistema Educativo não Superior da RAEM*) no Artigo 22.º, relativo à organização curricular, estabelece, no ponto n.º 1, que “o Governo define o quadro da organização curricular de cada nível de ensino e estabelece as competências académicas básicas que os alunos devem atingir (..)”.

O Artigo 23.º (*Conteúdo e implementação dos currículos*) define, no n.º 1, que “A implementação dos currículos deve ser orientada pela elevação do empenho e

eficiência na aprendizagem dos alunos e pela promoção da aprendizagem permanente.”; no n.º 2, “As escolas devem aspirar ao aperfeiçoamento da sua cultura pedagógica e impulsionar a aprendizagem e o crescimento dos alunos.”

As directrizes para o desenvolvimento curricular estão definidas no Regulamento Administrativo n.º 15/2014, já anteriormente referido.

As exigências das competências académicas básicas são o cerne de toda a orientação pedagógica da escola, desde o espaço físico, à gestão, à formação dos professores, tanto científica como pedagógica, aos funcionários, aos horários, ao material didáctico, às normas de avaliação e ao relacionamento com as famílias. Em suma, toda a escola tem que se organizar para que os alunos adquiram as competências académicas básicas e outras que considere distintivas da sua identidade, do contexto em que se insere e dos alunos que serve.

A escola, ao elaborar e desenvolver o seu projecto curricular, conforme está legislado, tem em conta as *exigências das competências académicas básicas* e, para além disso, incorpora aquilo que já experimentou com sucesso, aquilo que constitui a sua história, a sua cultura, o que a distingue das outras escolas, o seu contexto e os seus alunos em concreto. Conta, também, com os membros organizados nos grupos intermédios (conselhos de turma, conselhos de agrupamento disciplinar).

Toda a escola se deve envolver, de forma viva e entusiástica, sem ninguém se excluir ou sentir excluído. É necessário esperar de todos uma atitude de abertura, empenho e participação e, finalmente, um trabalho sério nas estruturas organizativas.

4.5 Desenvolvimento profissional dos professores

O professor que lecciona português (como segunda língua), no ensino secundário geral, é um profissional em permanente formação, não só para acompanhar a constante mudança do mundo, como também para ele próprio poder intervir nessa mudança.

O fundamental da formação tem que ser realizado a nível interno, sob a forma de um processo auto e inter-formativo. Entretanto, é indispensável que essa formação seja complementada com o apoio de especialistas que proporcionem formações específicas. Os professores deverão aproveitar, ao máximo, os planos de formação já existentes e outros que venham a ser criados, como ciclos de formação, conferências, debates, discussões temáticas, bolsas de estudo para a frequência de seminários ou cursos em estabelecimentos de ensino superior, quer locais quer no estrangeiro, ou a licença sabática.

Cabe aos professores a organização de sequências e unidades didáticas que se adequem quer aos contextos geral e específico quer ao perfil do público-alvo. Sugere-se:

- A organização de tarefas motivadoras para a aprendizagem da língua, designadamente através da audição de canções, da realização de jogos de cartas e tabuleiro, loto de imagens, charadas, adivinhas, enigmas, mímica e de outras atividades de carácter lúdico;

- A organização do trabalho (pares, grupo, turma) de modo a estabelecer e/ou reforçar atitudes de auto-estima, autonomia e autoconfiança do público aprendente;

- A utilização de portefólios para o ensino-aprendizagem do português no Ensino Secundário Geral;

- A promoção da auto-avaliação no sentido de responsabilizar os alunos pelo seu processo de aprendizagem.

O professor deve continuar a interacção com professores de outras disciplinas.

O professor de português pode coordenar tópicos temáticos com matérias já conhecidas ou existentes noutras disciplinas, favorecendo, assim, uma abordagem holística da aprendizagem. A língua deve ajudar a aprender a aprender, graças às estratégias cognitivas de acompanhamento. O professor deve procurar estabelecer ligações entre a(s) língua(s) que o aluno já possui e a língua que está a aprender.

Devido ao contexto multilingue e multicultural de Macau, os contactos com representantes de outras culturas começam na própria sala de aula e estendem-se para além do contexto escolar. É fundamental o aluno entender que a aprendizagem da língua tem uma efectiva utilidade fora do espaço da aula, quer em termos linguísticos quer em termos comportamentais, nas relações que o aprendente possa estabelecer com o Outro.

O professor deve levar a cabo tarefas que permitam estimular a curiosidade e o interesse pela língua, estabelecendo objectivos claros e concretizáveis, tendo sempre em conta o nível cognitivo e linguístico do público-alvo. A motivação do aprendente traduz-se, na maioria das vezes, na participação motivada durante a aula; para que tal aconteça é necessário que o professor desenvolva actividades diversificadas, procurando variar os materiais e os recursos disponíveis.

O professor deve procurar compensar as capacidades linguísticas, mas não só. As atitudes, o espírito de cooperação e de interacção com os colegas são aspectos que poderão contribuir para que todos se sintam, de alguma forma, premiados e mantenham o interesse pela aula de língua portuguesa.

As “recompensas informativas” ou *feedback* positivo, ajudam a gratificar o empenho e o esforço do aluno, sendo essenciais para nortear o progresso no desenvolvimento da proficiência.

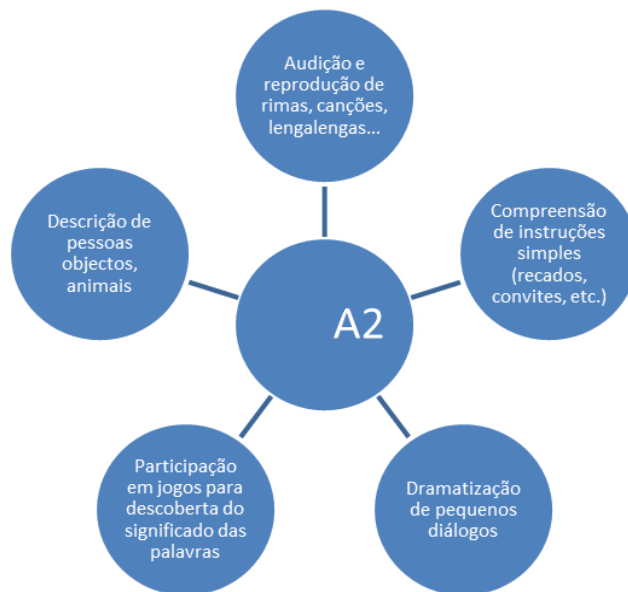
De modo a melhor gerir as diferenças individuais e reforçar a dinâmica de grupo, o professor pode aproveitar o facto de uns alunos terem mais conhecimentos

que outros, levando os primeiros a explicar a matéria aos segundos, evitando assim situações de desinteresse, procurando sempre um maior envolvimento dos alunos no processo de ensino-aprendizagem do português.

4.6 Exemplos da escola

COMPREENSÃO E EXPRESSÃO ORAL

Dentro do contexto da sala de aula, poderão ser desenvolvidas tarefas que promovam o desempenho comunicativo do aprendente, levando-o a agir. Por exemplo, para desenvolver as competências da compreensão e expressão oral, poderão ser executadas as seguintes actividades:



As estratégias adquiridas devem permanecer ou ser desenvolvidas na aprendizagem de línguas ao longo da vida.

COMPREENSÃO E EXPRESSÃO ESCRITA

Para desenvolver as competências da compreensão e expressão escrita, poderão ser realizadas diferentes actividades e tarefas como as que se apresentam em seguida:



5. Avaliação curricular

A avaliação é, sem dúvida, uma das questões que mais preocupa os professores: o que avaliar? Como avaliar? Como validar competências/capacidades em língua?

Os diversos intervenientes, responsáveis pela implementação e gestão do currículo devem realizar, periodicamente, a avaliação do trabalho desenvolvido para procederem aos ajustamentos considerados pertinentes, a fim de serem reforçados os aspectos positivos e corrigidos os menos apropriados. Para isso têm de ser criados os instrumentos necessários.

Para além das avaliações internas haverá também «*avaliações externas realizadas por entidades exteriores à escola*» (n.º 3, Artigo 14.º, Regulamento Administrativo n.º 15/2014).

Situando-se a gestão curricular no plano das aprendizagens, há que avaliar o efeito produzido sobre a qualidade da aprendizagem dos alunos.

5.1 Objectivos da avaliação

De acordo com as exigências das competências académicas básicas, o aluno do Ensino Secundário Geral deve desenvolver a proficiência em língua portuguesa até final do nível descrito no *Quadro Europeu* como A2 (Nível Elementar).

No início das aulas de português, deve ser feita uma avaliação diagnóstica (oral e escrita); além desta avaliação diagnóstica, os alunos devem ser habituados a fazer a sua auto-avaliação, o que implica a consciencialização das competências que deve desenvolver num determinado período de tempo e o tipo de temas e de atividades que gosta mais de fazer ou que contribuem para aprender melhor.

As competências básicas norteiam o trabalho do professor e do aluno, sendo desejável que se estabeleça a comunicação cooperante entre os dois: o professor conheça as dificuldades e problemas de determinado aluno e este saiba o que tem de fazer para os superar.

A adoção generalizada do *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* (QECR), quer na Europa quer noutras regiões do mundo, trouxe uma ferramenta prática para o estabelecimento de normas claras a atingir em fases sucessivas da aprendizagem.

5.2 Princípios básicos que devem ser seguidos na avaliação

Comunicar em línguas envolve todo o conhecimento e experiência de uso que se tem das línguas; a relação que se estabelece entre as línguas é dinâmica contribuindo para a construção de uma competência em língua ou em línguas. A *Abordagem Comunicativa* tem contribuído para pôr em evidência a importância da competência de comunicação. À competência de comunicação juntam-se outros elementos, igualmente importantes, como a centragem no aprendente, a relação cooperante entre professor e aluno, os conteúdos a ensinar, os materiais autênticos a utilizar, a gramática comunicativa. Todos estes aspectos contribuíram para a mudança do paradigma de ensinar e aprender uma língua não materna.

O ensino centrado em tarefas, embora possa ser considerado um método próprio, é também característico desta abordagem.

É a partir do desenvolvimento da competência de comunicação que se pode avaliar com mais rigor a proficiência dos alunos. O *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* apresenta orientações específicas no sentido de avaliar a progressão: as grelhas de avaliação devem ser redigidas em termos positivos e devem ser utilizadas para registar as realizações individuais dos alunos e determinar o seu nível em cada uma das tarefas. Na verdade, os alunos não têm, necessariamente, o mesmo nível no domínio das competências nas actividades de recepção e produção, as capacidades de compreensão ou de produção numa língua são heterogéneas, havendo necessidade de o professor saber quais são as tarefas e os

procedimentos, que levam à superação das dificuldades e ao progresso na aprendizagem da língua portuguesa.

A avaliação do desempenho dos alunos realiza-se com a finalidade de estimular e intensificar o interesse e a autoconfiança em relação à sua aprendizagem de língua portuguesa. É muito importante que os alunos se envolvam no processo de avaliação, mantendo-se informados não só das situações actualizadas sobre a sua aquisição de competências comunicativas (isto é, sejam capazes de responder a perguntas do tipo “O que já sou capaz de fazer” e “O que ainda não sou capaz de fazer”), como também das formas e meios pelos quais conseguirão atingir as metas finais (ou seja, “como consigo ser capaz de fazer”). Neste caso, é de sugerir o tipo de avaliação formativa, de modo a que se possa avaliar de imediato e dar *feedback* atempado no processo de aprendizagem. A aplicação da avaliação formativa nas actividades/tarefas realizadas diariamente é favorável à compreensão do progresso dos alunos de forma oportuna e precisa.

5.3 Estratégias e metodologia de avaliação da disciplina

A avaliação sumativa é também adoptada e visa uma seriação e uma classificação. A sua aplicação deve ser idêntica à da avaliação formativa, isto é, a avaliação sumativa deve ser feita de forma interactiva e animada, recorrendo às actividades/tarefas frequentemente organizadas. Para os alunos do ensino secundário geral, as provas de compreensão e expressão escrita e oral podem ser realizadas de forma coordenada, com o fim de se avaliarem as capacidades dos alunos no desenvolvimento de tarefas relacionadas com a resolução de problemas relativos à língua portuguesa.

Os descritores dos níveis de proficiência, presentes no *Quadro*, podem ser usados não só para a auto-avaliação do aluno como para a avaliação feita pelo

professor. Também para a avaliação contínua ou para uma avaliação de final de ciclo é possível ter como base a lista desses descritores.

É importante a avaliação da proficiência do aluno estar apoiada em tarefas linguístico-comunicativas, que permitam ao aprendente mostrar aquilo que é capaz de fazer e de atingir na língua-alvo.

A **avaliação contínua** é a avaliação feita pelo professor e centra-se nos trabalhos realizados pelo aprendente ao longo do tempo de duração do Curso.

A **avaliação sumativa** converge numa nota os resultados obtidos num determinado período. Não constitui, necessariamente, uma avaliação de proficiência. Na verdade, muita da avaliação sumativa é uma avaliação de resultados de acordo com, no final, uma norma ou uma meta estabelecida (*Conselho da Europa, 2001:255*).

A avaliação é parte fundamental no processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua, devendo esta estar prevista no currículo das escolas.

A auto-avaliação e a avaliação formativa fazem parte do processo de aprendizagem e concretizam-se através da realização de tarefas.

Tarefas propostas para testar as capacidades de proficiência dos alunos do nível A2

- a) Descrever e comparar imagens autênticas relacionadas com temas do seu interesse;
- b) Expor trabalhos realizados em vários tipos de suporte e com interesse para a comunidade escolar;
- c) Fazer desenhos legendados para colocar em jornais de parede;

- d) Elaborar textos publicitários ou outros para divulgação de actividades ligadas à escola e às diversas culturas presentes nela;
- e) Reorganizar frases em pequenos textos e atribuir-lhes uma finalidade;
- f) Entrar em concursos sobre conhecimento gramatical, poesia ou outros;
- g) Ilustrar a sua rotina diária ou a de outros sob a forma de banda desenhada;
- h) Recontar histórias ouvidas ou imaginadas;
- i) Organizar uma brochura com os recursos gramaticais aprendidos (nomes, verbos, adjectivos, advérbios, ...).

6. Recursos curriculares

Apresentam-se alguns exemplos de recursos educativos em linha que podem ser adaptados para utilização no Ensino Secundário Geral.



<http://www.junior.te.pt/servlets/Home>



<http://www.catraios.pt/>



<http://www.minerva.uevora.pt/web1/>



<http://www.rtp.pt/wportal/sites/tv/patinhos/index.php>



<http://www.desenhosparacolorir.org/>



<http://www.zoo.pt/site/>



<http://www.cienciadivertida.pt/>

Outras ligações

<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/>

<http://portuguese.cri.cn/>

<http://natal.com.pt/>

http://natalnatal.no.sapo.pt/musicas_natal.htm

<http://cantinhodoprimeirociclo.blogspot.com/>

<https://www.youtube.com/watch?v=2CW6-vhf3cA>

https://www.youtube.com/watch?v=UWqgvwcVp_k

<https://www.youtube.com/watch?v=AtQxqJH-mRk>

<https://www.youtube.com/watch?v=3igYaYbJOww>

Dicionários Ilustrados

- 叶思源&叶丽(Ye, Siyuan & Ye, Li) (2014). *汉葡萄牙生活常用词分类词典 (Dicionário Classificador Chinês-Português e Português-Chinês de Termos Usuais em Vida)*, 世界图书出版社
- Maia, Armandina; Borges, Beatriz; 尚恩. (2011). *葡萄牙语主题分类图解词典 (Dicionário Visual Português)*, 北京语言大学出版社
- 贾文波&车玉平(Jia, wenbo&Che, Yuping). (2013). *葡英汉图解词典(Dicionário Visual Português-Inglês-Chinês)*. 外语教学与研究出版社

Análise dos conceitos básicos (breve glossário)

Avaliação contínua: *A avaliação contínua é a avaliação feita pelo professor e centra-se nos trabalhos realizados pelo aprendente ao longo do percurso.*

Avaliação sumativa: *A avaliação sumativa resume numa nota os resultados obtidos no final de um curso. Não constitui necessariamente uma avaliação de proficiência. Na verdade, muita da avaliação sumativa é uma avaliação de resultados de acordo com uma norma ou uma meta estabelecida. (Conselho da Europa, 2001:255)*

Competências comunicativas em língua: Para os conceitos que referimos, seguimos o *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*, assim **as competências comunicativas em língua** são aquelas que permitem a um indivíduo agir utilizando especificamente meios linguísticos. (Conselho da Europa, 2001: 29)

Competência plurilingue e pluricultural: *A competência plurilingue e pluricultural é a capacidade para utilizar as línguas para comunicar na interacção cultural, na qual o indivíduo, na sua qualidade de actor social, possui proficiência em várias línguas, em diferentes níveis, bem como experiência de várias culturas. (Conselho da Europa, 2001:231)*

Currículo escolar: *O currículo escolar é, em todas as circunstâncias, um conjunto de aprendizagens, as consideradas necessárias pela sociedade num dado espaço e tempo, que cabe à escola garantir e organizar. (Cf. Roldão, 1999)*

Nível de Iniciação: *O Nível de Iniciação corresponde a uma proficiência introdutória (Conselho da Europa: 47) ao primeiro nível de proficiência.*

Método de Resposta Física Total : *O Método de Resposta Física Total (Total Physical Response Method) ou Método pelo Movimento é um método de ensino de línguas estrangeiras que envolve actividades físicas correspondentes a formas imperativas (“comandos” realizados pelo professor/aluno); a gramática é aprendida de forma*

indutiva. O modelo é semelhante ao usado pelas crianças na língua materna. O principal objectivo é a produção oral. Este método pode ser acompanhado de procedimentos de outros métodos. É particularmente útil para os aprendentes principiantes infanto-juvenis. Germain (1993).

Nível de Iniciação: O *Nível de Iniciação* corresponde a uma *proficiência introdutória* (Conselho da Europa: 47) ao primeiro nível de proficiência.

Nível Elementar: Reflecte a especificação dos conteúdos em vigor no Conselho da Europa. Conselho da Europa (2001:47).(A1+A2).

Portefólio Europeu de Línguas: “Como instrumento de aplicação dos princípios do QECR, o Conselho da Europa concebeu o Portefólio Europeu de Línguas [PEL], documento de auto-avaliação, que permite ao aprendente fazer a auto-regulação das suas aprendizagens, sejam adquiridas em contexto formal ou não formal, e registar todas as experiências linguísticas e interculturais”.

<http://www.dge.mec.pt/portefolio-europeu-de-linguas> (acedido em 2/11/2015)

Tarefa: Uma *tarefa* é definida como qualquer acção com uma finalidade considerada necessária pelo indivíduo, para atingir um dado resultado, no contexto da resolução de um problema, do cumprimento de uma obrigação ou da realização de um objectivo. (Conselho da Europa, 2001: 30)

Referências bibliográficas

Bibliografia

- Conselho da Europa (2001). *Quadro europeu comum de referência para as línguas-Aprendizagem, ensino, avaliação*. Lisboa: Edições ASA.
- Germain, C. (1999). *Évolution de l'enseignement des langues: 5000 d'histoire*. Paris: CLE International.
- Grosso, M. José *et al.* (2011). *Quadro de Referência para o Ensino Português no Estrangeiro, Documento Orientador*. Lisboa:DGIDC. Ministério da Educação.
On-line: [http://www.dgicd.min-edu.pt/fichdown/Quadro de Referencia.pdf](http://www.dgicd.min-edu.pt/fichdown/Quadro_de_Referencia.pdf) (24/03/2011)
- Grosso, M. José *et al.* (2012). *Quadro de Referência para o Ensino Português no Estrangeiro, Tarefas, Actividades, Exercícios e Recursos para a Avaliação*. Lisboa:DGIDC. Ministério da Educação.
On-line: https://cepealemanha.files.wordpress.com/2010/12/manual_quarepe_tarefas.pdf
- Han Ban / Confucius Institute Headquarters (2010). *Curriculum Internacional para o Ensino da Língua Chinesa*. Beijing: Foreign Language Teaching and Research Press.
- Hinkel, Eli (ed.) (2011). *Handbook of research in second language teaching and learning, volume II*. New York/London: Routledge.
- Kirsch, Claudine (2008). *Teaching Foreign Languages in the Primary School*. London: Continuum International Publishing Group.
- Long, Michael (2014). *Second language acquisition and task-based language teaching*. Wiley-Blackwell.
- Mateus, M. H. M. e Solla, L. (Coord). (2013). *Ensino do Português como Língua Não Materna: Estratégias, Materiais e Formação*. Lisboa: FCG.
- McKenney & Reeves (2012). *Conducting Educational Design Research*. New York/London: Routledge.

- Ministério de Educação da República Popular da China (2011). *Currículo de Inglês do Ensino Básico e Secundário*.
- Roldão, Maria do Céu (1999). *Gestão Curricular-Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Roldão, Maria do Céu (2008). *Gestão do currículo e avaliação de competências*. Lisboa: Editorial Presença.
- Tomlinson, Brian (ed.) (2013). *Developing materials for language teaching* (2nd ed.). London/New York: Bloomsbury Academic.

Referências legislativas

- Lei n.º 9/2006 (*Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior*).
- Lei n.º 12/2010 (*Regime das Carreiras dos Docentes e Auxiliares de ensino das Escolas Oficiais do Ensino não Superior*).
- Lei n.º 3/2012 (*Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino não superior*).
- Regulamento Administrativo n.º 15/2014 (*Quadro da organização curricular da educação regular do regime escolar local*).
- Regulamento Administrativo n.º 10/2015 (*Exigências das competências académicas básicas da educação regular do regime escolar local*).
- Despacho do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura n.º 19/2016 (*Aprova os conteúdos específicos das exigências das competências académicas básicas do ensino primário*).
- Despacho do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura n.º 56/2017 (*Define os conteúdos específicos das exigências das competências académicas básicas do ensino secundário geral*).

Constituição da equipa de estudo e elaboração do documento

Professora Doutora Maria José Grosso

Professora Associada da Universidade de Lisboa e, desde 2012, também da Universidade de Macau, com doutoramento em Linguística Aplicada e extensíssimo currículo na área do ensino e aprendizagem da língua portuguesa como língua segunda e língua estrangeira em Macau, China e Portugal, bem como noutros países, a Doutora Maria José Grosso tem colaborado com a DSEJ na elaboração das exigências das competências académicas básicas de língua portuguesa, de todos os níveis de ensino, nomeadamente como coordenadora-redactora das equipas que se encontram a desenvolver os documentos curriculares relativos à língua portuguesa como segunda língua.

Professora Doutora Ana Margarida Belém Nunes

Professora assistente do departamento de Português da Faculdade de Letras da Universidade de Macau, com doutoramento em Linguística Aplicada e vasta experiência no campo da investigação em aquisição de línguas segundas, a Doutora Ana Margarida Belém Nunes tem leccionando em programas de mestrado e de licenciatura, e em cursos de Verão para alunos estrangeiros, possuindo por isso um extenso currículo no ensino da língua portuguesa a alunos de diversas etnias, não só em Macau mas também em Portugal e noutros países da Europa.

Professora Doutora Zhang Jing

Doutorada em Linguística pela Universidade de Macau e docente do Departamento de Português da mesma universidade desde 2003, a Doutora Zhang Jing é possuidora de uma vasta experiência de ensino em Macau, tendo colaborado com a DSEJ em vários projectos relacionados com a língua portuguesa como segunda língua e com as exigências das competências académicas básicas da mesma área.

Mestre Maria Marques Farinha Simões

Mestre em estudos Luso-Asiáticos, variante de Linguística do português, possui uma vasta experiência como docente dos ensinos primário, secundário e profissional, tendo exercido funções na área de ensino e de gestão, bem como de administração escolar, em Macau e em Portugal, ao longo de mais de 40 anos. A Mestre Maria Simões tem colaborado com a DSEJ em diversos projectos, nomeadamente na elaboração de documentos relativos à reforma curricular da língua portuguesa como segunda língua.

Anexos

Anexo 1 - Grelha de Competências

A. Compreensão oral	Tarefas / Actividades	Avaliação	Recursos e observações
A-1 Compreender palavras e frases isoladas e curtas de uso corrente, relativas a si próprio ou a necessidades concretas conhecidas, desde que o discurso usado seja claro e simples;			
A-2 Reconhecer expressões referentes a pedidos ou respostas a pedidos sobre necessidades concretas do quotidiano;			
A-3 Compreender e reagir a instruções e orientações claras sobre tarefas a realizar, principalmente nos domínios educativo e privado, relacionados com temas conhecidos ou de interesse para o aluno;			
A-4 Compreender perguntas e informações sobre assuntos conhecidos, desde que o interlocutor fale de forma clara e repetitiva;			
A-5 Compreender frases e textos curtos relativos a informações sobre si próprio, sobre os amigos, a família, os tempos livres, o estudo e o lugar onde vive, desde que o interlocutor fale claramente e coopere na interacção;			
A-6 Identificar o assunto de um diálogo relacionado com temas familiares e da sua área de interesse, nos domínios privado, educativo e público;			
A-7 Compreender gravações de textos curtos e claros sobre assuntos conhecidos ou do seu interesse, adequados ao seu nível etário;			
A-8 Compreender textos orais sobre acções habituais e temas conhecidos relativamente ao passado, desde que o interlocutor fale de forma clara.			

B. Expressão oral	Tarefas / Actividades	Avaliação	Recursos e observações
B-1 Identificar-se, falar da família, dos amigos, do local onde vive e estuda, usando frases simples e curtas;			
B-2 Interagir sobre temas conhecidos e da sua área de interesse, desde que o interlocutor seja cooperante, isto é, que repita, reformule e tenha um ritmo de elocução muito lento e claro;			
B-3 Dar instruções e indicações simples e curtas, usando diferentes estratégias de comunicação;			
B-4 Perguntar e responder a questões simples sobre si próprio ou sobre outras pessoas que conhece;			
B-5 Identificar alguém ou alguma coisa com um discurso simples mas claro;			
B-6 Usar expressões correntes, para cumprimentar ou para se despedir de alguém, de acordo com a situação de comunicação;			
B-7 Falar de assuntos e acontecimentos pessoais ou do seu interesse, no presente ou no passado, de forma perceptível;			
B-8 Interagir em situações em que precise de actuar, desde que o interlocutor fale de forma pausada e clara;			
B-9 Realizar tarefas breves e rotineiras, que impliquem trocas simples de informação, no presente ou no passado;			
B-10 Fazer apresentações de temas do quotidiano ou da sua área de interesse, desde que previamente preparados;			
B-11 Fazer perguntas e responder a questões simples e concretas sobre assuntos da vida quotidiana tais como: família, amigos, casa, vida escolar, gostos e actividades de tempos livres;			

B-12 Aperfeiçoar o ritmo, a entoação e a expressividade, através da recitação de poemas, lengalengas e outros textos.			
---	--	--	--

C. Compreensão escrita	Tarefas / Actividades	Avaliação	Recursos e observações
C-1 Ler um texto, obedecendo a regras de pontuação e acentuação gráfica;			
C-2 Compreender palavras e textos relacionados com situações frequentes do quotidiano;			
C-3 Compreender o essencial de mensagens breves – postais, bilhetes, mensagens ou correio electrónico e avisos;			
C-4 Compreender e seguir instruções para a realização de tarefas escolares;			
C-5 Ler textos curtos para obter informações específicas sobre um assunto já conhecido;			
C-6 Compreender uma informação concreta em textos simples de uso corrente, por exemplo anúncios, folhetos, ementas e horários;			
C-7 Compreender correspondência pessoal curta e simples;			
C-8 Compreender textos informativos centrados em revistas, jornais, televisão, avisos escolares, transportes e serviços médicos.			

D. Expressão escrita	Tarefas / Actividades	Avaliação	Recursos e observações
D-1 Dar informações sobre si próprio, a família, os amigos e pessoas conhecidas, utilizando expressões e frases simples;			
D-2 Escrever uma SMS ou uma mensagem de correio electrónico;			
D-3 Preencher impressos referentes à sua própria identificação ou à de outros;			
D-4 Escrever uma mensagem curta e simples num postal;			
D-5 Escrever notas sobre assuntos das várias áreas disciplinares;.			
D-6 Responder afirmativa ou negativamente, por escrito, de forma adequada, a convites e pedidos;			
D-7 Usar expressões e frases simples ligadas por conectores simples, tais como “e”, “mas” e “porque”, sobre assuntos significativos, no seu quotidiano;			
D-8 Fazer uma breve descrição de acontecimentos presentes ou passados da sua experiência pessoal;			
D-9 Escrever notas e mensagens curtas e simples sobre assuntos de necessidade imediata;			
D-10 Escrever uma história ou notícia anteriormente lida ou ouvida.			

E. Competência intercultural	Tarefas / Actividades	Avaliação	Recursos e observações
E-1 Relacionar datas e locais com marcas da cultura portuguesa em Macau;			
E-2 Identificar património emblemático português e de outras culturas;			
E-3 Comparar a gastronomia, a música e o artesanato de Portugal com os de Macau;			

E-4 Identificar, no mapa, os Países de Língua Portuguesa;			
E-5 Interagir com o Outro, conhecendo a sua cultura e aceitando-a.			

Anexo 2 - Documento de apoio à elaboração de um currículo

Percurso dum turma de Português como Segunda Língua do 1.º ao 3.º ano do Ensino Secundário Geral

Escola :

Percurso de uma turma

SG1	SG2	SG3
Ano lectivo	Ano lectivo	Ano lectivo
Horário semanal	Horário semanal	Horário semanal
Nome do Professor	Nome do Professor	Nome do Professor

Principais suportes utilizados (manuais, DVD audio/vídeo, CD-Rom...)

SG1	SG2	SG3
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

Alguns jogos, canções, poemas, filmes...

SG1	SG2	SG3
.....
.....
.....
.....
.....
.....

Actividades interculturais

	SG1	SG2	SG3
VISITAS DE ESTUDO			
VISITAS DE CONVIDADOS À ESCOLA/SALA			
CORRESPONDÊNCIA ELECTRÓNICA			
CORRESPONDÊNCIA ESCOLAR			
VIDEOCONFERÊNCIA/ SESSÕES SKYPE			
PROJECTOS COMUNS COM OUTRA(S) ESCOLA(S)			
DESCRIÇÃO DOS PROJECTOS			

Anexo 3

Produção escrita

Conteúdos Gramaticais (a seleccionar de acordo com a situação de comunicação)

- Frases com verbos auxiliares: temporais, aspectuais, modais (*andar a, estar a, dever, poder, ter de*)
- Uso do imperativo
- Frases simples: modificações na ordem das palavras
- Advérbios e locuções adverbiais
- Frase passiva (estrutura da passiva e verbo *ser*)
- Particípio passado
- Pronomes possessivos
- Pronomes demonstrativos
- Pronomes relativos
- Pronomes pessoais e formas de tratamento
- Pronomes interrogativos
- Pretérito perfeito simples do indicativo
- Pretérito perfeito composto do indicativo
- Verbos impessoais (*existir*)
- Verbo irregulares
- Discurso directo e indirecto
- Uso dos artigos definidos
- Nomes (singular e plural de nomes terminados em *-ão*)
- Graus dos adjectivos
- Graus dos advérbios
- Construções com *gostar de, precisar de*

- Regências verbais (*gostar de, precisar de*)
- Frase simples e frase complexa
- Frases imperativas elípticas (*Cuidado! Atenção!*)
- Advérbios de lugar (*aí, ali, aqui, perto, longe...*)
- Advérbios de tempo (*amanhã, hoje, ontem, tarde...*)
- Advérbios de modo (*devagar, depressa, bem, mal, felizmente....*)
- Advérbios de negação/afirmação
- Advérbios de quantidade (*pouco, muito, menos, bastante...*)
- Graus dos advérbios
- Conjunções e locuções coordenativas (*e, nem, mas, ou, pois...*)
- Conjunções subordinativas (*porque, quando...*)